



**XII Colóquio Ibérico
de Geografia**

Jean Carlos Rodrigues
Universidade Federal do Tocantins –
jeancarlos@uft.edu.br

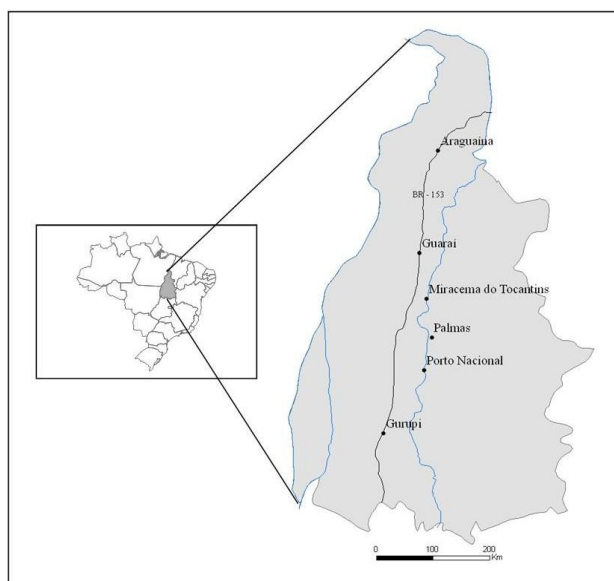
Espaço, política e identidade cultural no Estado do Tocantins, Brasil.

Pensamento e Imaginação Geográfica

1. Introdução

O estado do Tocantins é a mais nova unidade política-administrativa da federação brasileira. Foi criado pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, em seu artigo 13º, a partir de uma divisão do estado de Goiás. Também conhecido até o fim da década de 1980 como o “norte goiano”, como uma referência de pertencimento espacial antes da divisão do estado goiano, a região que compreende o atual estado tocaninense pertence, hoje, à região norte do Brasil e está situado dentro da área de abrangência da Amazônia Legal, conforme mapa abaixo.

MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS



ORG: Sousa, Benilson Pereira de.

O trabalho que apresentamos por meio desta comunicação é resultado parcial de uma pesquisa científica que realizamos sobre a criação deste estado. Partimos do pressuposto de que a formação do estado do Tocantins é resultado de um conjunto de atos políticos exercidos por diversos atores (como empresários, juristas, congressistas, imprensa, dentre outros) interessados na emancipação da região até então conhecida como “norte goiano” que, por meio de discursos simbólicos, construíram um imaginário coletivo entorno do espaço de representação tocantinense manipulando, inclusive, a formação de uma identidade cultural regional.

Admitir a realidade enquanto representação é aceitar que tantas realidades podem existir quantas forem as representações construídas por atores políticos interessados em elaborar suas próprias visões de mundo e apresentá-las, de forma discursiva, simbólica e hegemônica, como o mais legítimo espaço de representação coletivo. Para tanto, necessitamos de uma análise da dimensão simbólica construída sobre os espaços de vivência para podermos detectar as representações elaboradas em torno dele e de sua geografia. Para Gil Filho (2005), “uma Geografia das Representações é uma Geografia do conhecimento simbólico. Assume as representações sociais como ponto de partida para uma Geografia Cultural do mundo banal, da cultura cotidiana, do universo consensual impactado pelo universo reificado da ciência e da política”.

Dessa forma, ao desenvolvermos nossa atividade de pesquisa sobre a criação do estado do Tocantins, verificamos a importância da construção de espaços de representação de uma identidade cultural regional bem como seu veiculação e constante (re)atualização para que a mesma servisse como mais um argumento para a elite política interessada na criação do estado tocantinense. Entretanto, consideramos que a construção desta identidade regional se deu por

imposições políticas. Foi uma identidade cultural inventada para dar suporte a uma elaboração discursiva criada por um grupo social interessado na criação do estado do Tocantins que implicou em uma nova divisão regional do Brasil.

2. Território, Poder e Cultura

A temporalidade e seus atributos parece ser mesmo um dos maiores contribuintes para a manifestação espacial da cultura. São pelas relações dialéticas estabelecidas entre tempo e espaço, que os momentos se constituem e se materializam na paisagem em forma de rugosidades. Para Santos (2008), o espaço torna-se a testemunha da memória das coisas fixadas na paisagem criada, o que possibilita a consolidação e produção de um espaço simbólico que reorganiza a cada instante os sentidos de objetos, lugares e pessoas.

Mas não é só isso: política e ideologia, poder e representação, também fazem parte da noção de território que orienta esta discussão, constituído por elementos materiais e imateriais que produzem o patrimônio de cada paisagem que atores políticos, em cada momento, manipulam de modo organizado no esforço de produção de significados e imaginários que contribuem para o exercício do controle e da dominação. Uma relação de poder!

A demasiada separação entre o território funcional e o território simbólico prejudicam as análises das múltiplas territorialidades vividas em cada território. Para Araújo e Haesbaert (2007) “é justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território a partir das relações de poder num sentido mais concreto, ‘funcional’, e território a partir de relações de poder mais simbólico que muitos ignoram a riqueza das múltiplas territorialidades em que estamos mergulhados”.

Nesse sentido, a cultura passa a ter uma função política que lhe é própria e integra um conjunto de elementos que contribuem para compreendermos as formas de organizações espaciais. Juntos, cultura e política produzem territórios e territorialidades que são, nas palavras de Santos (2007), um fator ativo na construção do universo social e que Araújo e Haesbaert (2007) problematizam a partir da discussão de “identidade territorial”. Para Araújo e Haesbaert (2007), “(...) toda identidade cultural é ‘espacial’, na medida em que se realiza no/através do espaço, mas nem toda identidade é ‘territorial’, no sentido da centralidade adquirida pelo referente espacial em estratégias de apropriação, culturais e políticas, dos grupos sociais – ou seja, realiza-se claramente, neste caso, o elo entre **espaço, política e cultura**” (grifo nosso).

Nesse sentido, o território se reveste de dominação política-econômica “concreta” e “funcional”, e em uma apropriação mais subjetiva de perspectiva cultural-simbólica (Haesbaert, 2008). É na dialética estabelecida entre a dominação e a apropriação que as relações de poder se estabelecem no/pelo território através de práticas sociais que tem na cultura um de seus elementos centrais. Para Hopenhayn (2005),

(...) la cultura como concepción del mundo y conjuntos de significados que subyace a las prácticas sociales no puede pensarse haciendo abstracción de las relaciones de poder que atraviesan esas prácticas. Por otra parte, las relaciones de poder expresan, producen y comunican significados, por lo cual también tienen una dimensión simbólica fundamental.

Isso implica em afirmar que, no mundo contemporâneo, a análise do fato cultural possui a mesma importância que as análises econômicas e políticas para a elucidação da realidade vivida e a investigação dos processos ideológicos que resultam em formações espaciais. Os espaços produzidos em diversas escalas não estão isentos de ideologias e de representações elaboradas por seus “produtores”, quais sejam, indivíduos e instituições. Assim, o espaço é político!

Neste sentido, a discussão que apresentamos traz significativas contribuições para o entendimento da produção do espaço simbólico e da criação do estado do Tocantins no final da década de 1980. Contribui também para a compreensão da articulação entre cultura e política para o entendimento da sociedade contemporânea e de suas reorganizações espaciais.

Concordamos com Silva (2008) e consideramos o Tocantins como uma miscelânea de elementos importantes para serem analisados, um novo território no sertão do cerrado brasileiro que se tornou um pólo de atração de diversos migrantes, vindos de outros estados e regiões da federação, alimentados e atraídos por um discurso de desenvolvimento regional produtor de novas paisagens, sentidos e significados na vida de muitas pessoas. Neste ponto da discussão, percebemos o quanto que o território influencia no processo de constituição de novas referências espaciais do sujeito.

3. A criação do Estado do Tocantins e formação de identidades territoriais

Entendemos que a formação do estado do Tocantins é resultado de um conjunto de atos políticos exercidos por diversos atores. Ele é produto de uma clara imbricação e articulação entre política e cultura na elaboração de discursos e de construção de um universo simbólico pelos interessados na emancipação da região até então definida como “norte goiano”. Esses atores, por meio de discursos e elaborações simbólicas, construíram um imaginário coletivo em torno do espaço de representação tocaninense manipulando, inclusive, a formação de uma identidade cultural territorial (Rodrigues, 2010).

As “invenções” culturais são típicas de regiões nas quais as referências identitárias não estão ainda muito claras, mas são necessárias serem criadas para legitimar ações políticas. Para Araújo e Haesbaert (2007), “(...) em lugares com menor especificidade ou ‘densidade’ histórica, esses referenciais também [são] ‘inventados’, como ocorre na proposta separatista da Padânia, no norte da Itália, ou, no caso brasileiro, nas propostas para criação de novos estados”. Nesse último caso, os autores fazem referência no estudo que trata da invenção da identidade são-

franciscana na proposta de criação do Estado de São Francisco, no oeste da Bahia. Algo semelhante ocorreu no Tocantins, quando os discursos emancipatórios produziram a “identidade jesuítica” do norte goiano (atual Tocantins) contrapondo-a a “identidade bandeirante” do sul goiano (atual Goiás).

Assim, o espaço de representação tornara-se o meio pelo qual política e cultura se articulam para apresentar novos significados à espacialização da vida social. Ele nasce dessa imbricação entre o político e o cultural. Estes são mediados pelos discursos que, por meio da elaboração de símbolos, imaginário e memória procuram construir uma identidade territorial ao habitante do estado do Tocantins que legitime as falas de seus produtores que, em muitos momentos, recorrem a uma representação mítica da vida social. Nessas articulações, podemos estabelecer uma clara relação entre o poder, a prática social e o fato cultural como elementos centrais do espaço de representação desta unidade da federação brasileira (Rodrigues, 2010).

Para tanto, necessitamos de uma análise da dimensão simbólica construída sobre os espaços de vivência para podermos detectar as representações elaboradas em torno deles e de suas geografias. Desse modo, as identidades, culturais e territoriais, construídas “caracterizam o Tocantins e os seus sujeitos no momento de sua instituição e consolidação (...) carregado de significados que, acreditamos, potencializam a veiculação de imagens do Tocantins e dos tocantinenses que tendem a ser marcantes no imaginário de esferas da população” (Motter, 2010). Nesse sentido, as rugosidades impregnadas na paisagem pelo processo histórico e a produção de seus momentos colaboram na construção desta identidade cultural territorial por meio da construção de um patrimônio, tanto material como imaterial, que ajudam os atores políticos a elaborar o que eles consideram como referências do novo estado.

Além disso, a existência de um rio chamado “Tocantins” colaborou nesse processo e podemos perceber como que a disposição dos elementos naturais presentes no território ajudam a construir essa referencia identitária. Foi a luta pelo domínio e controle do território que orientou todo o processo emancipatório do norte goiano e tornou-se o elo central das disputas políticas com os atores sociais contrários a proposta da criação do Tocantins.

Mas ele também foi apropriado no sentido cultural-simbólico mediado pela elaboração de discursos. Ao verificarmos os discursos políticos proferidos em diversas instâncias, como Câmara do Deputados Federais e Assembléia Nacional Constituinte na década de 1980, ambos em Brasília (DF), podemos constatar que as referencias ao território tocantinense são muito claras. As exaltações à sua riqueza natural e potencialidades de exploração dão o tom do discurso e orientam as formas pelas quais seus autores vêem a importância de se criar o novo estado. O território sempre esteve no centro do debate.

Somente por isso é que podemos falar de uma “identidade territorial” pois, para Araújo e Haesbaert (2007),

a identidade territorial só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, um espaço em que a apropriação é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial, e onde tal filiação inclui o potencial de ser efetivada, em diferentes momentos, como instrumento de reivindicação política.

Além do patrimônio, as notícias e editoriais veiculados pela imprensa, a literatura regional e a formação de símbolos regionais (como hinos, bandeiras, festas) são instrumentos que auxiliam na elaboração e divulgação de uma identidade territorial construída em uma temporalidade histórica que se (re)atualiza a cada instante a fim de manter a memória e a representação regional sempre presente no imaginário coletivo (Rodrigues, 2010). Dessa forma, concordamos com Hall (2009), quando este autor afirmou que “as identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder. Toda identidade é fundada sobre uma exclusão, e nesse sentido, é ‘um efeito do poder’”.

No caso da identidade territorial tocantinense, é possível detectarmos as relações de poder inerentes a sua formação quando a mesma foi construída como um ato político de um grupo social interessado em justificar a divisão do estado de Goiás e a formação do estado do Tocantins. A construção desta identidade influencia, inclusive, as opções políticas feitas pelo eleitorado estadual em pleitos para o cargo de executivo estadual (governador), o que demonstra sua interferência na representação política local.

Assim, verifica-se que a formação do estado e de sua representação mediada pela política e pela cultura não foi um processo construído coletivamente, mas imposto por uma elite que se afirmava enquanto representante da população local e que dizia estar falando em nome do “povo” (Rodrigues, 2010), uma reprise da Proclamação da República Brasileira, em 1889, na qual a população apenas assistiu, como figurante, um ato político que atendeu os interesses de uns poucos beneficiados. Nesse caso, fica clara a relação estabelecida entre política e identidade, na perspectiva de Claval (1999) na qual as construções políticas moldam as identidades, mas, nem sempre as formas identitárias elaboradas pelas elites interessam às camadas populares.

Uma outra problemática sobre as identidades territoriais que podemos levantar diz respeito a um conflito existente entre fronteiras políticas e fronteiras culturais. Pensamos que as manifestações das identidades culturais territoriais transgridem os limites políticos. Hall (2009) afirma que “as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos”. Se essa transgressão ocorre entre as fronteiras nacionais, acreditamos que o mesmo se faz presente entre as fronteiras regionais haja vista a detecção de muitas características culturais goianas presentes na vida cotidiana do Tocantins, como hábitos alimentares e de linguagem.

Conforme já afirmamos em outra ocasião (Rodrigues, 2010), foi na frágil construção representativa dos contrários, das oposições (goianos *versus* tocantinenses) forjadas por uma elite política detentora do poder que o sentido de identidade regional se estruturou. Se do ponto de vista territorial o estado do Tocantins teve data e hora para ser instalado (01/01/1989), o mesmo não ocorreu com sua territorialidade cultural, uma herança que permanece ainda hoje dos tempos em que a região sobre a qual foi instalado identificava-se por pertencer ao estado de Goiás.

Assim, compreende-se que a identidade territorial tocantinense torna-se algo que extrapola as construções políticas e torna-se uma questão de pertencimento territorial. Deixa de ser um *território da política* para ser uma *política de território*. Território e cultura, portanto, são elementos indispensáveis na análise das identidades territoriais. Para Motter (2010), “as identidades resultam de disputas de representações, são sempre inacabadas e respondem aos interesses dos grupos sociais que procuram, através de práticas e também do ato verbal, renovar essas representações, dando novos sentidos às mesmas”. Dessa forma, ao desenvolvermos nossa atividade de pesquisa sobre a criação do estado do Tocantins, verificamos a importância da construção de espaços de representação de uma identidade territorial bem como sua veiculação e constante (re)atualização para que a mesma servisse como mais um argumento para a elite política interessada na criação do Tocantins. As identidades territoriais caracterizam-se por serem híbridas, móveis e, portanto, estarem em constante processo de (re)atualizações a partir das resignificações que incidem sobre o sentimento de pertencimento territorial.

Nesse sentido, Heidrich (2000) afirma que “a associação entre cultura e política é aspecto que predomina nas afirmações que cumprem a função de tornar hegemônico um determinado interesse. Faz-se da cultura um recurso da política”. Assim, consideramos que a construção da identidade territorial do Tocantins se deu por imposições políticas. Foi uma identidade territorial inventada para dar suporte a uma elaboração discursiva criada por um grupo social interessado na criação do estado do Tocantins que implicou em uma nova divisão regional do Brasil.

É isso que Heidrich (2000) denomina de “instrumentalização política do sentimento construído”. O que é importante se atentar nesse processo de construção de identidades, é que tanto a política como a cultura e o território fornecem suporte na intenção de contribuir com essa formação. Sabe-se que a formação da identidade coletiva não é estanque. Ela se movimenta da mesma forma como são construídas e reconstruídas as representações desse universo coletivo. Nesse quesito, uma análise dos fatos político, cultural e territorial sobre esses processos são extremamente necessários, porque o espaço, como produto social, é político.

4. O mito político e fundador do Estado do Tocantins

Os mitos possuem um valor e um papel político importante na construção da identidade territorial. Claval (2002) já havia chamado a atenção para os mitos quando afirmou que tanto os

mitos religiosos quanto os políticos modificam a natureza de parcelas do espaço social. No caso do estado do Tocantins, a análise do mito político fundador, materializado em discursos e monumentos, permite uma ampla compreensão da influência dos elementos e racionalidades religiosas na formação da identidade territorial (Rodrigues, 2010).

O mito de criador do estado do Tocantins em Siqueira Campos, por exemplo, é algo a ser problematizado a fim de compreendermos a reatualização de discursos e a construção de uma historiografia regional que atribui a ele a condução de todo processo de formação do Tocantins. Siqueira Campos foi Deputado Federal por vários mandatos e participou ativamente na Assembléia Nacional Constituinte, instituída para escrever a nova Constituição Federal do Brasil entre 1987 e 1988. Naquela ocasião, Siqueira Campos foi redator da “Subcomissão dos Estados” que tinha por objetivo analisar a proposta de criação de novas unidades da federação a serem criadas pela Constituição Federal que estava sendo elaborada.

Logo após a aprovação da criação do estado do Tocantins, Siqueira Campos se candidatou para ser o primeiro governador do novo estado. As eleições ocorreram em 15 de novembro de 1988 e ele saiu vitorioso com o lema de campanha “quem criou, merece”, atribuindo a si o ato de criação do Tocantins, constituindo-se como um mito político e fundador regional. Ele tomou posse em 01 de janeiro de 1989 por dois anos. De 1988 até 2010, Siqueira Campos já foi governador do Tocantins 3 (três) vezes e eleito em 2010 para o quarto mandato.

A problemática em torno do mito político fundador do Tocantins em Siqueira Campos está na forma como ele articula memória, imaginário e política a seu favor. Para Heidrich (2000), “o mito, como se apresenta na condição de existência longínqua, como fato praticamente natural, permite que a referência ao passado misture-se a ele como origem das coisas, conferindo fidelidade ao argumento que nele se sustenta”. Siqueira Campos considera-se o criador do Tocantins e constrói toda uma historiografia regional baseada nessa interpretação da história.

Ele construiu monumentos, símbolos regionais (bandeira, hino do estado) e a própria capital do estado, Palmas, que contribuíram para a elaboração da identidade territorial. Segundo Silva (2008) “a criação de Palmas e o investimento maciço em propaganda acabaram por impregnar no ideário popular a identidade ‘tocantinense’ de uma maneira fabulosa, ao que parece, envolvendo, sobretudo, a população flutuante vinda de outros Estados para a ‘nova capital’”.

A importância da construção de Palmas por Siqueira Campos é algo que envolve poder e controle sobre a elaboração de formas de significação e pertencimento regional. Por ser uma cidade planejada no modelo de Brasília (DF), capital da República, ela mistura tradição com modernidade, estética e poder, e torna-se uma cidade de tempos ausentes em pleno sertão do cerrado brasileiro.

Edificada a partir das plantas e croquis de arquitetos e engenheiros, Palmas tornou-se uma forma urbana órfã de tempos próprios e toma para si outras temporalidades históricas para

inserir em sua configuração espacial em um esforço de forjar sua própria memória. Para Silva (2008),

na ausência de temporalidade urbana, outros tempos ocupam a cidade construída. Tempos forjados, cuidadosamente colocados no espaço, que imprimem visões e projeções muito particulares para a cidade e permanecerão lá até que a ausência se dilua na passagem, no fluxo, e esse tempo ausente deixe de sê-lo.

Cassirer (2003) destaca o papel dos mitos políticos na formação de uma representação de nação. Se eles foram úteis na constituição do sentimento nacional em meados do século XX, detectamos que eles também influenciaram na constituição de uma identidade territorial local, sobretudo quando a representação desta identidade é utilizada como recurso para justificar a criação do estado do Tocantins. A atuação de Siqueira Campos considerando-se o criador do estado e construtor da capital gera dividendos que alimentam o imaginário coletivo em torno de seu mito fundador e demonstra claramente o poder político que ele ainda exerce sobre o estado, mesmo não sendo mais governador do Tocantins.

É exatamente isso que sustenta os argumentos de Siqueira Campos: destacando que a luta pela criação do estado do Tocantins é histórica, com mais de 179 anos entre os primeiros movimentos iniciados no século XIX até a emancipação com o estado de Goiás, ocorrida em 1989, coube a ele concretizá-la. Aqui, o espaço tornou-se um produto da história. O discurso e a racionalidade religiosa do mito, nesse caso, foram utilizados como finalidade política e encontra retorno na massa à qual se destinava.

Assim, podemos afirmar que, quando os universos da política e da cultura se encontram, quando se articulam, as representações se cruzam e constroem espaços de representações mediados pelos fatos político, cultural e territorial permitindo uma interpretação de facetas da identidade territorial tocantinense. Entendemos que o processo de formação espacial do estado do Tocantins e de sua identidade ainda está em curso e necessitam serem explorados.

As definições de fronteiras de controle e apropriação de determinada realidade social perpassam pela questão da territorialidade. Neste ponto, precisamos refletir sobre as articulações existentes entre as estruturas dos sistemas simbólicos produtores de fatos políticos, culturais e territoriais que dão suporte a produção de uma identidade territorial contextualizada no processo de emancipação do estado devidamente pensada por atores políticos envolvidos neste processo.

5. Considerações Finais

Ao final deste trabalho, podemos perceber o quanto a discussão entorno da cultura, política e do território é complicada. Estabelecer essas relações nem sempre é fácil. A análise da questão espacial pelos geógrafos deve levar esse tripé em consideração. No nosso caso, estabelecer essa relação para pensar a criação de uma nova unidade política-administrativa da federação brasileira foi desafiador.

Pudemos perceber que a construção política do estado do Tocantins foi fruto, em parte, de uma construção ideológica e cultural. O fator cultural, dessa forma, influenciou no processo de reorganização regional do Brasil ao ser utilizado como um instrumento da política para legitimar a separação territorial do estado de Goiás. Mas observem: divisão territorial. O fato de ter existido esta separação não implica em afirmar, necessariamente, que do ponto de vista cultural essas duas unidades da federação estejam assentadas em distintos signos culturais que as diferenciam uma da outra. A separação territorial não implica em divisão cultural.

O caso da criação do estado do Tocantins demonstra também o papel dos mitos políticos na sociedade contemporânea. Ao contrário do que podemos pensar, os mitos continuam influenciando os caminhos e as direções da política em nosso tempo. Neste trabalho, observamos como a manutenção dos mitos políticos contemporâneos influenciam nas políticas territoriais e na constituição das identidades territoriais.

6. Referencias Bibliográficas

- Araújo, Frederico Guilherme B. de; Haesbaert, Rogério. (2007). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Access, Rio de Janeiro.
- Cassirer, Ernest. (2003). *O mito do Estado*. Códex, São Paulo.
- Claval, Paul. (2002). "A volta do cultural" na Geografia. *Mercator*, ano 1, número 1: 19-28.
- Claval, Paul. (1999). *A Geografia Cultural*. Edufsc, Florianópolis.
- Gil Filho, Sylvio Fausto (2005). Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. *Espaço e Cultura*, nº 19-20: 51-59.
- Hall, Stuart. (2009). *Da diáspora*. Identidade e Mediações Culturais. Edufmg, Belo Horizonte.
- Haesbaert, Rogério. (2008). In Heidrich, Álvaro Luiz et al. *A emergência da multiterritorialidade*. A resignificação da relação do humano com o espaço. Edufrgs, Porto Alegre: 19-36.
- Heidrich, Álvaro Luiz. (2000). *Além do latifúndio*. Geografia do interesse econômico gaúcho. Edufrgs, Porto Alegre.
- Hopenhayn, Martín. (2005). In Mato, Daniel (org). *Cultura, política y sociedad*. Perspectivas latinoamericanas. Clacso, Buenos Aires: 17-40.
- Motter, Ana Elisete. (2010). Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002). Dissertação de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- Rodrigues, Jean Carlos. (2010). *O estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense*. Blucher, São Paulo.
- Santos, Milton. (2007). *O espaço do cidadão*. Edusp, São Paulo.
- Santos, Milton. (2008). *Por uma Geografia Nova*. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. Edusp, São Paulo.

Silva, Valéria Cristina Pereira da. (2008). Girassóis de Pedra: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo. Dissertação de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.